

DECRETO N° 5696, DE 20 DE AGOSTO DE 2020

Regulamenta, em âmbito municipal, a Lei Federal n° 14.017, de 29 de junho de 2020, que dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo n° 6, de 20 de março de 2020 e institui Comitê Gestor Local de Acompanhamento, Aplicação e Fiscalização.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos II, V e VII c/c art. 70, inciso “I”, alíneas “a”, “e”, “f”, “g” e “n” da Lei Orgânica do Município e demais atinentes a espécie,

CONSIDERANDO a edição em 29 de junho de 2020 da Lei Federal n° 14.017, denominada “Lei Aldir Blanc”, que “Dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo n° 6, de 20 de março de 2020.”

CONSIDERANDO que por força do art. 2°, incisos II e III do Decreto Federal n° 10.464 de 17 de agosto de 2020, que regulamentou a Lei Aldir Blanc, imputou-se aos municípios a execução das ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas.

CONSIDERANDO que compete a Fundação de Cultura e Turismo de Timbó, nos termos da Lei Complementar n° 171 de 24 de março de 2000, a gestão, apoio, incentivo e promoção da Arte e da Cultura no município de Timbó.

DECRETA:

Art. 1° O Poder Executivo do Município de Timbó, por meio da Fundação de Cultura e Turismo de Timbó, executará os recursos de que trata o artigo 1° da Lei Federal n° 14.017, de 29 de junho de 2020, mediante programas contemplados no artigo 2° da referida lei, que serão definidos por Comitê Gestor criado por este decreto.

Parágrafo único. A Fundação de Cultura e Turismo de Timbó, com o auxílio do Comitê Gestor Local de que trata o artigo 2° deste decreto e das demais Secretarias Municipais competentes, deverá providenciar os meios administrativos e operacionais para o recebimento e operacionalização do valor a ser destinado ao Município, nos termos do artigo 3° da Lei Federal n° 14.017, de 2020.

Art. 2º Fica criado o Comitê Gestor de Acompanhamento, Aplicação e Fiscalização da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc, com as seguintes atribuições:

I - realizar as tratativas necessárias com os órgãos do Governo Federal responsáveis pela descentralização dos recursos;

II - promover as discussões referentes à regulamentação no âmbito do município para a distribuição dos recursos na forma prevista no artigo 2º da Lei Federal nº 14.017, de 2020;

III - acompanhar e orientar os processos necessários às providências indicadas no parágrafo único do artigo 1º deste decreto, com vistas ao cumprimento dos prazos estabelecidos na norma federal e de forma atenta aos princípios da administração pública;

IV - acompanhar as etapas de transferência dos recursos do Governo Federal para o Município;

V - fiscalizar a execução dos recursos transferidos;

VI - elaborar relatórios e balanço final a respeito da execução dos recursos no âmbito do Município;

§ 1º O Comitê Gestor Local de que trata artigo será composto pelos seguintes integrantes:

I – Presidente da Fundação de Cultura de Turismo de Timbó, que o presidirá;

II - 1 (um) representante da Secretaria da Fazenda e Administração;

III - 1 (um) representante da Secretaria de Planejamento, Trânsito, Meio Ambiente, Indústria, Comércio e Serviços;

IV - 3 (três) representantes da Sociedade Civil indicados pelo Conselho Curador da Fundação de Cultura e Turismo de Timbó.

§ 2º Os representantes e os suplentes do Comitê Gestor Local a que se referem os incisos I a III serão indicados pelos responsáveis pelas respectivas pastas.

§ 3º Os representantes indicados para compor o comitê gestor serão nomeados por portaria expedida pelo chefe do poder executivo municipal, sendo vedada qualquer remuneração pelo relevante serviço público prestado.

§ 4º O comitê gestor terá mandato de um ano a contar da sua designação, podendo ser ampliado ou reduzido de modo a garantir a execução de suas atribuições definidas neste decreto.

Art. 3º O Presidente da Fundação de Cultura e Turismo de Timbó poderá expedir portaria para complementar, esclarecer e orientar a execução da Lei Federal nº 14.017, de 2020, inclusive no tocante à forma de execução de seu artigo 2º.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º, do Decreto nº 2.128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 20 de agosto de 2020; 150º ano de Fundação; 86º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER
Prefeito de Timbó/SC